



RELATÓRIO E CONTAS 2023

Índice

1 .	Corpos Sociais -----	04
2 .	Organograma Institucional -----	05
3 .	Mensagem Mesa Administrativa -----	06
4 .	Considerações Gerais -----	08
5 .	Demonstrações Financeiras -----	35
6 .	Análise -----	38
7 .	Anexos -----	45
	Anexo -----	
	Parecer do Conselho Fiscal -----	
	Certificação Legal das Contas -----	



I. Corpos Sociais

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2023-2026

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Maria Gabriela Moreira Costa Sousa
Vice-Presidente	- José Luís Freitas Queirós
Secretários	- Maria Elisabete Ferreira Coelho

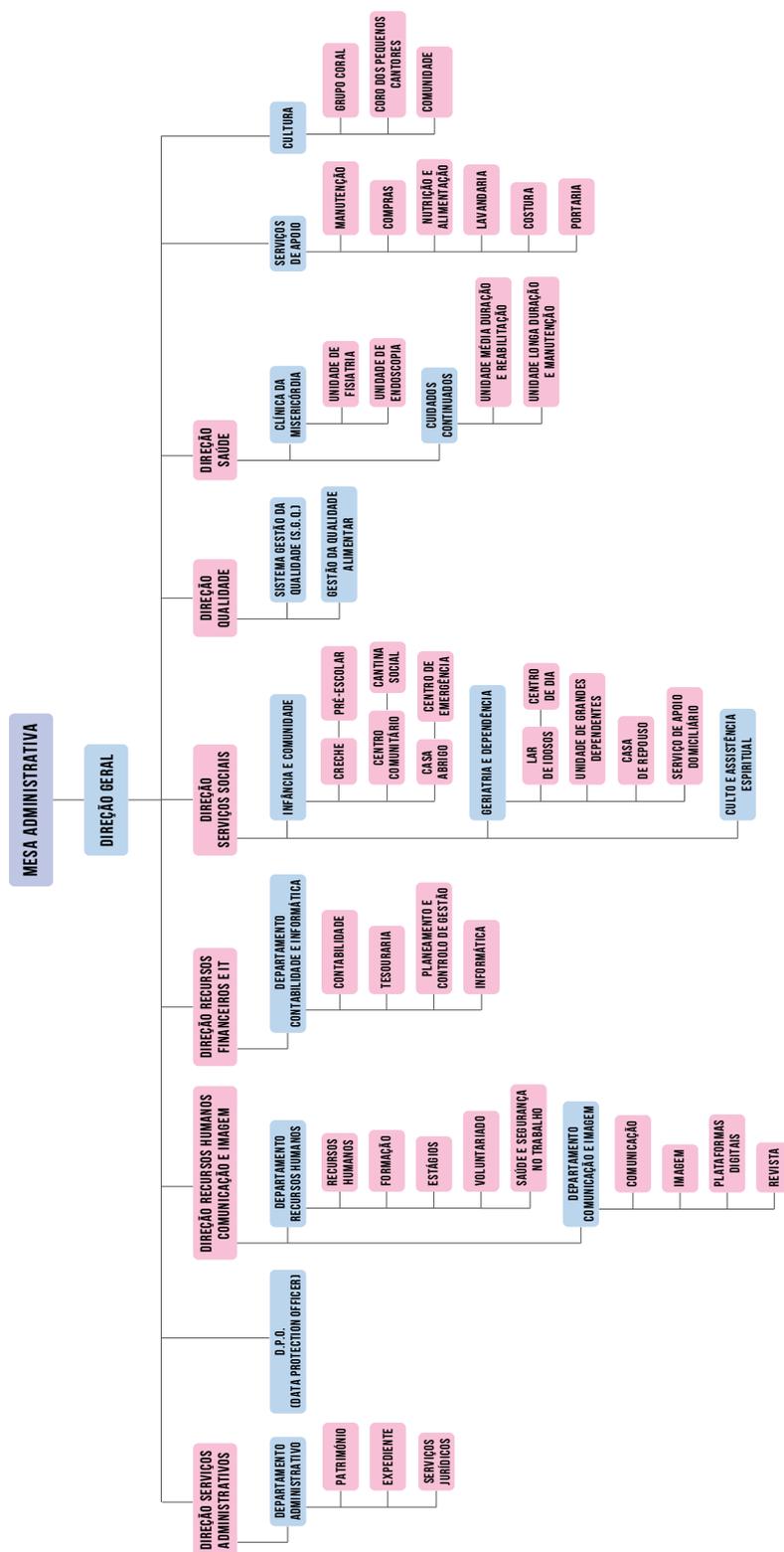
MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- José Pedro Castro Costa Morêda Miranda
Secretária	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Baptista
Vogais	- Hélder Roberto Vilela Araújo - Francisco Manuel Cardoso Faria - Lucília Maria da Costa Afonso
Substitutos	- António Lerenó Sousa Machado - José Luís de Sousa Marques

CONSELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro
Vice-Presidente	- Artur Manuel Cunha Guimarães Santoalha
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa
Substitutos	- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro - Emílio Castelar Oliveira - Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

2. Organograma Institucional





3. Mensagem da Mesa Administrativa

Durante cerca de mil e duzentos anos, desde o séc. VII até 1834, os monges beneditinos imperaram em Santo Thyrso. Está escrito (*Benedicta Lusitana*) que no ano de 770 da era de Cristo já aqui havia comunidade religiosa. O atual Mosteiro, que no decurso dos séculos passou por diversas restaurações que lhe foram apagando os traços da fábrica primitiva, é do ano de 978. Após a expulsão das ordens religiosas do país, em 1834, todos os seus bens passaram para o Estado. O Mosteiro de Santo Tirso foi comprado em asta pública por uma Senhora do Porto, que posteriormente o haveria de vender a um tirsense imigrante no Brasil, Manoel José Ribeiro (1807-1893), mais tarde conhecido por Conde de S. Bento.

Nesta pequena resenha pretende-se relacionar a história do Mosteiro, que é a história desta terra e por isso interessa ser conhecida, pois influenciou todo o seu percurso e, nomeadamente, o tardio nascimento da Misericórdia de Santo Tirso em 1885.

Marco inquestionável da sua génese foi a abertura ao público da Casa de Saúde, em 27 de Maio de 1877, na atual Rua Prof. Dr. Joaquim Pires de Lima, sob administração de D. Maria do Carmo Azevedo. É de realçar, entre outras, a contribuição de Manoel José Ribeiro à época já Visconde de S. Bento. Este modesto espaço apenas conseguiu corresponder aos anseios generalizados da população, o que levou a responsável da Casa de Saúde a apelar à ajuda material da população em geral e ao Visconde de S. Bento, durante a sessão solene na sua tomada de posse (1882) das propriedades do Mosteiro. O apelo foi correspondido com um donativo, dádiva essa que permitiu manter durante mais algum tempo os serviços. No entanto, com o aumento das dificuldades e o alheamento dos tirsenses em geral, a Casa de Saúde acabou por cessar a sua atividade.

Entretanto, em 1891, o Conde de S. Bento, grande benemérito da nossa terra, entregou à Instituição um edifício construído à sua custa, dotando o concelho de um prédio concebido para nele se cuidarem os doentes. Este novo espaço – Primeiro hospital – foi inaugurado em 28 de agosto de 1891, situando-se na antiga Praça Conde S. Bento, atual Parque D. Maria II.

Em 1913 surgiu a ideia ousada de criação de um novo edifício. A inauguração deste novo equipamento de saúde aconteceu a 26 outubro de 1919 iniciando-se uma longa jornada até abril de 1976, altura em que foi nacionalizado. À época, foi considerado

um hospital de excelente qualidade, merecendo elogios de entidades oficiais do setor.

Efetivamente, a origem da Misericórdia de Santo Tirso teve na sua matriz a área da saúde, esta é efetivamente a sua génese, só depois foi desenvolvendo as áreas social, da educação e da cultura.

A nossa Missão é orientada para a promoção de respostas e iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins e às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e proteção de grupos sociais mais vulneráveis.

Os Valores e princípios orientadores da sua ação são inspirados nas catorze obras de Misericórdia de proteção e promoção da humanidade, na dimensão espiritual e corporal.

A atuação baseia-se no respeito pela dignidade humana; ética, responsabilidade e competência profissional; humanização dos serviços prestados; idoneidade, isenção, rigor e sustentabilidade; criatividade, inovação e qualidade.

Todos/as os/as que colaboram diariamente nesta Missão e Valores estão mobilizados/as, empenhados/as, impulsionados/as e comprometidos/as.

SOMOS ROSTOS DE SOLIDARIEDADE

A Mesa Administrativa

João das Neves
Luís Carlos Costa
Marta da Silva
Márcia Tânia Costa Afonso
Francisco Isabel Sousa da Costa
Helder Roberto V. da Silva



4. Considerações Gerais

No Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 começamos por dizer que,

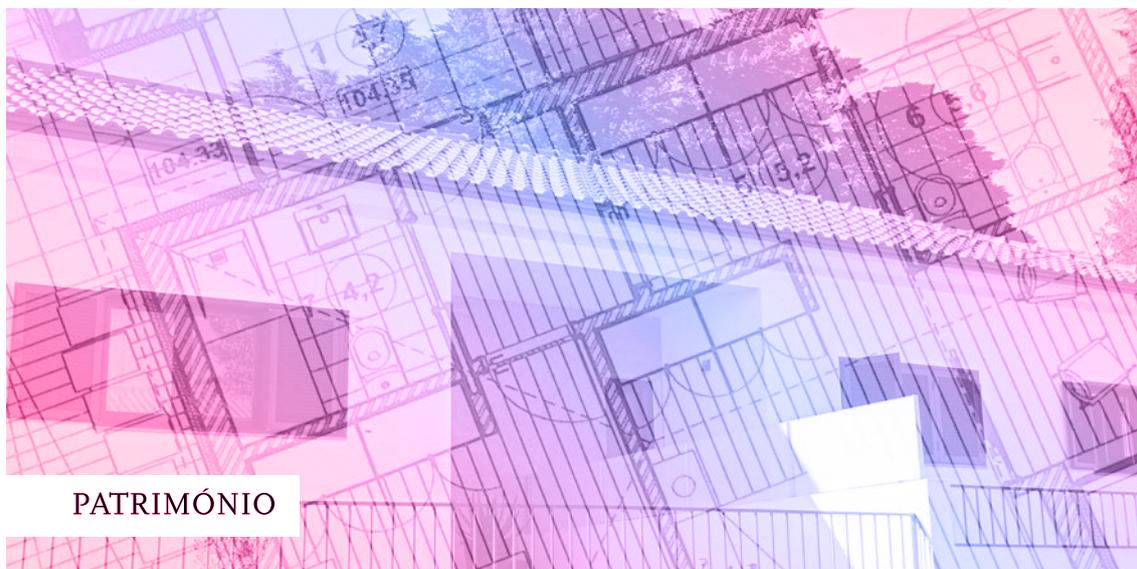
“Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso.”

Dalai Lama

Reiteramos que cada ano é um novo desafio e que se têm vivido períodos incaracterísticos do ponto de vista económico, financeiro e social.

Porém a inquietude, inovação e empreendedorismo que nos caracterizam, aliados à magnífica equipa que são os “Rostos de Solidariedade” tornam possível a persecução da nossa Missão, Visão e Valores, respondendo efetiva e eficientemente às necessidades diagnosticadas na nossa comunidade.

É grande o desafio de continuarmos a responder às necessidades diagnosticadas na comunidade e encontrar outras fontes de financiamento. O futuro terá também de passar pela figura do mecenato social.



PATRIMÓNIO

Neste ano demos continuidade à reabilitação do Bairro da Misericórdia e encetamos diligências com vista ao possível início de trabalhos nas restantes habitações ou em parte delas.

A nossa aposta na qualidade e a constante renovação e remodelação dos espaços existentes levou ao início e conclusão das obras exteriores do Lar Dra. Leonor Beleza e da Capela da Misericórdia.

Mantivemos a nossa responsabilidade ambiental e ecológica, tendo sido efetuada e aprovada candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que pressupõe a instalação de um Sistema VRV em substituição das atuais unidades de aquecimento (caldeiras a GPL e radiadores elétricos) na valência Casa de Repouso de Real.

Proporcionarmos melhor comodidade, conforto e assistência aos/às nossos/as utentes foi e permanece um objetivo permanente.

À semelhança de 2022, em 2023 não abriram candidaturas ao Fundo Rainha D. Leonor. Como tal, não foi possível avançar com qualquer projeto financiado neste âmbito para obras de remodelação, recuperação e ou inovação de qualquer valência.

No seguimento do processo iniciado em 2014 pela Mesa Administrativa, e tal como em 2022, durante 2023 foi reiterado o alerta ao Estado Português e ao poder autárquico tirsense para a existência do “TERMO DE TRANSAÇÃO” celebrado entre a nossa Misericórdia e o Estado Português, datado de 13 de fevereiro de 2004, no qual ficou acordado que as Quintas do Mosteiro, propriedade desta Santa Casa,



arrendadas ao Estado com duração efetiva limitada para nelas funcionar a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, terão de ser entregues à Misericórdia, livres de pessoas e coisas, a 31 de dezembro de 2025. Mais, foi lembrado que nesse documento, assinado pelas partes no Tribunal Judicial de Santo Tirso (2.º Juízo Cível) na data acima referida, ficou acordado que todas as obras de que os prédios careçam, quer de conservação ordinária, quer extraordinária, ficarão a cargo do Estado. Com o objetivo de ter informação precisa e rigorosa relativamente ao melhor valor que pode ser obtido, caso o imóvel fosse arrendado em condições normais de mercado, foi feita uma avaliação por perito qualificado. Mesmo correndo o risco da repetição, lembramos que o “Mosteiro de Santo Tirso”, onde os prédios das referidas quintas se integram, é Monumento Nacional desde 1910.

É sempre de relevar que a visão estratégica institucional é direcionada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, atualizando o modelo de gestão organizacional, potenciando a melhoria contínua junto dos seus “Rostos de Solidariedade – colaboradores/as, parceiros e entidades envolvidas na sua ação, de modo a ser reconhecida como referência preponderante da intervenção nas áreas da Saúde, Social, Educação, entre outras.

O investimento no último quadriénio foi de €5.234.454,00, tendo no ano de 2023 sido de €896.671,76



Foram apresentadas 3 candidaturas ao PRR na área da saúde:

- Candidatura a uma Unidade de Dia e Promoção da Autonomia (UDPA), a ser desenvolvida no edifício da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração, com capacidade para receber 17 utentes em regime de Centro de Dia da Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI);
- Candidatura a duas tipologias da RNCCI, a saber: 27 camas de Unidade de Paliativos e 35 camas de Unidade de Convalescença, a desenvolver no espaço do “Antigo Liceu/1º Hospital de Santo Tirso”. Em caso de aprovação, a Misericórdia de Santo Tirso passará a dar resposta a 130 camas de internamento e 17 em Unidade de Dia e Promoção da Autonomia, sendo provavelmente a única instituição do país que alberga 147 unidades de RNCCI (5 tipologias).

Aprofundámos a parceria com o Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA), nomeadamente no protocolo de camas de retaguarda e na nossa Clínica de Gastroenterologia (Unidade de Endoscopia) para realização de exames endoscópicos. É ainda de relevar que nesta Clínica foi conseguido acordo com a ADSE. Na Clínica de Medicina Física e Reabilitação, face à procura, procedemos ao aumento da equipa de Técnicos/as de Fisioterapia, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional, a fim de podermos dar uma resposta mais célere e sempre direcionada à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Por fim, e dentro das instalações desta Clínica, não podemos deixar de referir a continuada consolidação do Gabinete de Medicina Dentária.



SOCIAL E EDUCAÇÃO

Como referido, a Misericórdia orienta a sua missão para a promoção de respostas e iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins e às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e proteção de grupos sociais mais vulneráveis. Neste contexto, nas áreas Social e da Educação, foi mantido o investimento na modernização das valências.

Como habitual, persistimos na renegociação com a Segurança Social da comparticipação financeira para o funcionamento das respostas sociais, ao abrigo do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

Das iniciativas propostas e efetuadas nas várias valências, destacamos o que a seguir se apresenta.

Centro Comunitário de Geão / POAPMC / Cantina

- Parceria “Projeto RAP” (resposta de apoio psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica);
- Parceria “Projeto Espaço d’Abrigo” (distribuição de refeições; capacitação de pessoas sem-abrigo em competências pessoais, sociais e profissionais);
- Continuidade do acompanhamento social de Família Ucraniana;

- Projeto “Immersive Room” (657 participantes – idosos/crianças/técnicos; 47 sessões na sala imersiva; 53 sessões na sala interativa);
- Reuniões de Associados da EAPN e envolvimento em iniciativas (Semana da Interculturalidade; Semana de Combate à Pobreza e Exclusão Social);
- Estágio académico duas alunas da Licenciatura em Serviço Social (famílias acompanhadas no âmbito da prestação de RSI);
- Visita de acompanhamento técnico da Segurança Social – Novembro;
- Protocolo de Cooperação SAAS-CMST (75 processos RSI + Ação Social);
- Centro Comunitário: total 233 utentes (143 utentes RSI, 46 utentes Ação Social, 21 crianças CPCJ, 23 crianças RAP); média idade adultos 40 anos mulheres, 41 anos homens; média idade crianças 9 anos mulheres, 8 anos homens; total 79 processos (46 processos RSI, 19 processos CPCJ, 14 processos Ação Social);
- Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) com distribuição de alimentos a 14 famílias (32 pessoas);
- Cantina Social com distribuição de 57 refeições diárias protocoladas em embalagens descartáveis (29 utentes, maioritariamente do sexo masculino (25), isolados; média de idades 55 anos / 34 transitaram do ano anterior e surgiram 18 novos pedidos) – em 2023 foram apoiadas 52 pessoas no total.

Centro de Dia

- Funcionamento nas instalações do Centro Comunitário de Geão com acordo para 12 utentes (formalmente proposto a 06/09/2022);
- Visita de acompanhamento da Segurança Social a 15/11/2023;
- Retoma das iniciativas intervalências e intergeracionais (Tardes Dançantes, Boccia Sénior e Ateliers Avós e Netos);
- “Projeto Sound” dinamizado por entidade externa (Sons do Estaminé) – projeto piloto de intervenção com atividades centradas na música envolvendo pessoas com demência (12 sessões, 2 vezes por semana (6 semanas), atividades em círculo);



- Mestrado em Educação (Mediação Educacional / Universidade do Minho);
- Visita de acompanhamento técnico da Segurança Social – Novembro;
- 13 utentes (46% homens, 54% mulheres);
- Media idades: homens 79 anos, mulheres 71 anos;
- Autonomia: 46% autónomos, 54% parcialmente dependentes;
- Movimento: 6 admissões;
- Média de mensalidades: 228 euros (com acordo).

Lar José Luiz d'Andrade

- Projeto BPI Sénior'22 “Immersive Room” – frequência da sala imersiva e sala interativa que abrangem 3 pilares de intervenção: convívio (uso de ferramentas de contacto com o exterior; jogo; viagens);
- Programa “Ativamente Saudável” – continuidade do projeto “Envelhecer Ativamente” Prémio BPI-Fundação “la caixa” Seniores 2021 – rotinas diárias de atividade física adaptadas às características funcionais dos/as utentes, através do uso de equipamento específico de reabilitação e reforço físico e do jardim geriátrico;
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico (apoio de psicóloga e assistente social);
- Programas “Santo Tirso Ativo” e “Baú das Letras” – parceria da Autarquia;
- “Projeto Sound” dinamizado por entidade externa (Sons do Estaminé) – projeto piloto de intervenção com atividades centradas na música envolvendo pessoas com demência (12 sessões, 2 vezes por semana (6 semanas), atividades em círculo);
- Projeto “Viver+” (colaboração com a Rede Social em iniciativas dirigidas a utentes com défice cognitivo);
- Projeto “A Casa vai a Casa” da Casa da Música do Porto – dinamização de sessões

de música com formadores/as externos/as;

- Outras iniciativas (momentos musicais/Universidade Sénior, “Yoga do Riso”, Taças Tibetanas, “Second Life Project”, voluntariado juvenil, “Avós pela Igualdade”, Risoterapia, Marcas da Vida (INA), “Rest Day”, Rádio Voz Santo Tirso, colónia de Praia, felicitários individuais e mensais);
- 74 utentes (66% mulheres; 34% homens);
- Média idades: 81 anos;
- 80% utentes com dependência parcial ou grave (apenas 21% de utentes autónomos) / 57% com défice motor / 40% quadro demencial;
- Tempo de permanência: 41% entre 1 a 5 anos, 7 anos tempo médio;
- Movimentos: 5 admissões, 4 falecimentos;
- Média das mensalidades: 454,49 euros.

Lar Dra. Leonor Beleza

- Integração de (11) estagiários/as de Escolas Nacionais/IEFP e do Protocolo com a Escola Cidenai/Escola de Bilbao;
- Integração de 1 voluntário regular nas atividades de animação;
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico (apoio de psicóloga e assistente social);
- Redefinição de outras iniciativas ocupacionais para utentes;
- “Projeto Sound” dinamizado por entidade externa (Sons do Estaminé) – projeto piloto de intervenção com atividades centradas na música envolvendo pessoas com demência (12 sessões, 2 vezes por semana (6 semanas), atividades em círculo);
- Projeto “Viver+” (colaboração com a Rede Social em iniciativas dirigidas a utentes com défices cognitivos);
- Outras iniciativas (momentos musicais, felicitários individuais e mensais entre outras atividades com o envolvimento de colaboradores e voluntários/as);



- 94 utentes;
- Média de idade: 78 anos;
- 97% utentes com dependência parcial ou grave, 88% com défice motor, 16% com deficiência mental, 70% com quadro demencial;
- Tempo de permanência: 50% entre 1 a 5 anos, 7 anos tempo médio;
- Movimentos: 21 admissões, 17 falecimentos;
- Média das Mensalidades - 613 euros.

Casa de Repouso de Real

- Retoma das atividades de ocupação (yoga do riso, torneio de sueca e de Boccia, taças tibetanas, danças de salão, desfolhada...);
- Outras iniciativas (momentos musicais, felicidários individuais e mensais entre outras atividades com o envolvimento de voluntários/as);
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico;
- “Boccia Sénior” e “Baú das Letras” – parceria da Autarquia;
- Serviços-extra: Fisioterapia Domiciliar, Podologia Domiciliar;
- Total 69 utentes (75% mulheres, 25% homens);
- Média de idades: 86 anos;
- 78% utentes com dependência parcial ou grave, 64% com défice motor, 61% com quadro demencial;
- Tempo de permanência: 25% entre 1 a 2 anos;
- Movimentos: 15 admissões, 12 falecimentos, 7 admissões temporárias, 12 utentes admitidos em Protocolo Hospitalar;
- Média de Mensalidades: 924 euros.

Serviço de Apoio Domiciliário

- Aprovação da Candidatura ao PROCOOP para revisão de Acordo de Cooperação Vertente Sul (+ 9 utentes);
- Divulgação de outros serviços da Instituição (ERPI e Centro de Dia);
- Apresentação de situações de risco social junto de entidades competentes;
- Total 90 utentes (61% mulheres, 39% homens);
- Média de idades: 84 anos;
- 57% utentes com dependência parcial ou grave, 25% com patologia cardíaca, 28% com quadro demencial;
- Tempo de permanência: 27% até 1 ano;
- Movimentos: 53 admissões, 51 desistências (41% falecimentos, 33% integrações institucionais);
- Média de Mensalidades: 240 euros.

Casa Abrigo D. Maria Magalhães

- Centro de Emergência IRIS (disponibilização de 8 vagas) financiado pelo FSE-POISE e pela Presidência de Conselho de Ministros (financiamento de transição);
- Candidatura ao FSE-Programa Pessoas para 10 Vagas de emergência;
- Verba de Autonomização (9 pessoas apoiadas);
- Candidatura à Campanha IKEA “Novos Recomeços” (apoio ao arrendamento 6 pessoas);
- Parceria “Projeto Criar” para acompanhamento psicológico das crianças acolhidas na CA;
- Voluntariado (Ginástica, “Second life Project”, “Ronald McDonald”, workshop EPVA ...);



- “Flores do Teu Jardim - Flores arrancadas” (iniciativa dinamizada na ES D. Dinis no âmbito do Dia Internacional da Mulher, no sentido de sinalizar todas as mulheres que morreram em 2022 em contexto de violência doméstica);
- “Flores do Teu Jardim - Sem Floreados” (iniciativa dinamizada no CEEM no âmbito do Dia Internacional da Mulher com a colaboração do grupo de Teatro AVISCENA);
- “Peça de Teatro FEMINA/ Exposição de Máscaras SinCera” (iniciativa dinamizada no âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, com a colaboração do grupo de Teatro AVISCENA e da artista plástica Filipa Godinho);
- Representação da Casa Abrigo na tertúlia “Como vivem as organizações a interculturalidade?”, dinamizada pela Delegação do Norte da EAPN no Fórum da Maia;
- Representação da CA no Encontro de EPVA’s do CHMA na Fábrica de Santo Thyrso;
- Visita de acompanhamento técnico da Segurança Social – Novembro;
- Movimentos: Total 57 utentes acolhidos/as Casa Abrigo (23 mulheres, 34 menores; 18 mulheres/meninas, 16meninos), 32 novos acolhimentos;
- 37 anos (média de idades mulheres) 6 anos (média idades menores);
- Nacionalidades: 13 Portuguesas, 5 Brasileiras, 2 Nepalesas, 2 Angolanas, 1 Guineense;
- Tempo médio de permanência: acolhimento 11 meses / cessação 4 meses;
- Total 102 utentes acolhidas Centro de Emergência (54 mulheres, 48 menores; 28 mulheres/meninas, 20 meninos);
- 39 anos (média de idades mulheres) 6 anos (média idades menores);
- Nacionalidades: 31 Portuguesas, 15 Brasileiras, 2 Ucrainianas, 1 Equatoriana, 1 Nepalesa, 1 Argentina, 1 Zimbabuense;
- Tempo médio de permanência: 20 dias.

Jardim de Infância

- Projeto Pedagógico “ Eu e um Mundo melhor”, relacionado com o tema ambiental;
- Retoma das atividades extra-curriculares (dança, ginástica, yoga, música, inglês, natação);
- Protocolo com “Trevo do Sucesso” para atividades extra-curriculares (dança, ginástica);
- Plataforma digital “Educabiz” para comunicação com os pais;
- Protocolo com “Colégio Santa Teresa de Jesus” para articulação de serviços/ atividades;
- Parceria com a “ESE de Paula Frassinetti” em estágios do mestrado em Educação pré-escolar;
- Parceria com o IEFP em estágios;
- Total 62 crianças-creche, 61 crianças-pré-escolar;
- 1 criança com Perturbação de Espectro de Autismo confirmado, 1 criança sem diagnóstico confirmado, 1 criança com acompanhamento em terapia da fala / ocupacional.
- Mensalidades: 180 a 220 euros (incidência das mensalidades em creche – sala 2 anos), 80 a 150 euros (incidência das mensalidades em pré-escolar).



No ano de 2023 foram realizadas 2 auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade:

- Auditoria externa pela APCER – Agosto de 2023

A equipa auditora confirmou a concretização dos objetivos da auditoria e que o Sistema de Gestão da Qualidade está estruturado de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos aplicáveis, de acordo com a norma de referência NP EN ISO 9001:2015, tendo a preocupação com a melhoria contínua.

- Auditoria Interna pela Equipa Auditora interna – Novembro de 2023

A Auditoria constituiu um meio de avaliação do funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade e respetiva adequação aos requisitos da Norma, bem como de avaliação da eficácia do SGQ em prol da satisfação dos/as clientes, numa perspetiva de melhoria contínua, mesmo que por amostragem e nos serviços que a EA considerou mais significativos. A equipa auditora dispensou o Centro Comunitário de Geão, o Centro de Dia e a Casa Abrigo dessa auditoria, dado que todas essas respostas sociais tinham sido alvo de visita de acompanhamento técnico da Segurança Social na semana anterior à auditoria interna.

O Plano Estratégico foi definido pelo período de 2022-2024 com objetivos latos de modo a adaptarem-se ao horizonte de instabilidade sociopolítica em que vivemos.



RECURSOS HUMANOS

Em 2023, a Misericórdia de Santo Tirso deparou-se novamente com uma permanente necessidade de adaptação ao contexto económico, legal e social, procurando responder às demandas operacionais e às necessidades das nossas pessoas.

A este desafio acresceram as alterações demográficas que continuam a sentir-se e a volatilidade do mercado, extremamente dinâmico, em que os/as trabalhadores/as valorizam flexibilidade e melhor conciliação entre a vida profissional e a familiar. No ano de 2023 acentuou-se a dificuldade em reter colaboradores/as e a menor disponibilidade de mão-de-obra para trabalhar no setor que servimos, principalmente de pessoas motivadas para as funções e com formação e/ou experiência profissional válidas. Tentámos ser competitivos, oferecendo estabilidade, formação, acompanhamento de proximidade e benefícios, cientes das dificuldades e procurando atenuá-las.

Preocupados com o bem-estar, a saúde (física e psicológica) e satisfação dos/as colaboradores/as, mantivemos e atualizamos periodicamente o pacote exclusivo de benefícios e regalias criado em o 2022.



Avaliação da Satisfação dos/as Colaboradores/as

Avaliar a satisfação dos/as colaboradores/as, para além de ser um imperativo do Sistema de Gestão de Qualidade, é determinante na Gestão dos Recursos Humanos, refletindo em que medida o caminho Institucional está a responder às necessidades dos/as trabalhadores/as. A satisfação profissional é um fator chave nas relações e interações (entre colegas, chefias, departamentos/setores e com utentes), está diretamente associada à produtividade e é demonstrativa da efetividade das estratégias de gestão.

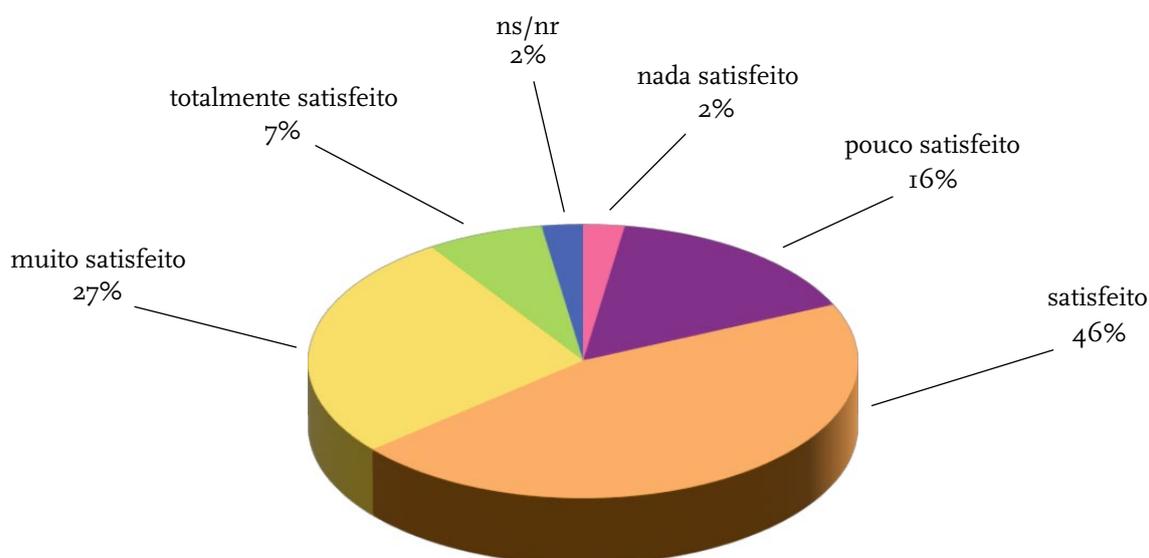
No processo de avaliação de 2023 participaram voluntariamente 246 dos 415 trabalhadores/as ativos/as, o que se traduz numa taxa de resposta de cerca de 60%, suficientemente representativa da voz dos/as colaboradores/as e reflexo da importância que atribuem a este processo (a taxa média de resposta em questionários de avaliação de satisfação de trabalhadores/as em grandes empresas varia, geralmente, entre os 20% e os 40% – valores considerados razoáveis).

Os questionários de avaliação criados para o efeito foram disponibilizados através de um link para que os/as destinatários/as pudessem aceder online, de forma individual, salvaguardando a privacidade das respostas dadas. Para que as pessoas pudessem optar, foi também possível a resposta em formato de papel.

O quadro que se segue apresenta os resultados em termos de satisfação nos diferentes parâmetros avaliados, constatando-se resultados francamente positivos.

Avaliação da Satisfação dos/as Colaboradores/as 2022 (n=243) vs 2023 (n=246)			
Parâmetro	2022	2023	
Contexto Organizacional	72%	77%	↑
Cooperação e Comunicação	83%	83%	=
Mudança e Inovação	74%	80%	↑
Reconhecimento e Recompensa	57%	67%	↑
Relações com Chefias	87%	86%	↓
Política e Estratégia	75%	78%	↑
Posto de Trabalho	82%	83%	↑
Qualidade	77%	80%	↑

Concretamente no que diz respeito à “Avaliação Global”, apesar de registado um aumento de cerca de 1% no número de respondentes relativamente a 2022, observa-se que o nível de insatisfação diminuiu em 1% em relação ao ano anterior, apresentando uma percentagem total de 18%. Em relação à satisfação global, esta apresenta um valor total de 80%, ou seja, um aumento de 3% relativamente ao ano anterior.





Na resposta aos questionários também foi possível aos/às respondentes incluírem sugestões e/ou comentários (respostas não padronizadas) que, ainda que sejam a expressão de opiniões pessoais, foram alvo da devida atenção e consideração.

Formação, Estágios e Voluntariado

As organizações que investem na formação dos/as colaboradores/as demonstram o seu compromisso com o seu crescimento profissional. A formação (inicial e contínua) é chave para a capacitação dos/as trabalhadores/as e para o sucesso organizacional, contribuindo para criação de um ambiente de trabalho mais motivador, promovendo maior coesão entre as equipas, estimulando a inovação e a criatividade e fortalecendo a identidade institucional.

É a capacitação dos/as profissionais que sustenta a prestação de serviços de qualidade.

Em 2023, destacamos as seguintes ações formativas:

- Integração Institucional/Prática em Contexto de Trabalho (42H; 11 ações; 100 colaboradores/as);
- Noções Básicas de Primeiros Socorros (7H; 8 ações; 98 colaboradores/as);
- Relacionamento Interpessoal e Gestão de Conflitos (3H; 4 ações; 61 colaboradores/as);
- Relação Empática com Adultos Mais Velhos (3H; 5 ações; 65 colaboradores/as);
- Organização de Emergência (2H; 11 ações; 241 colaboradores/as);
- “On job” – observação e partilha de conhecimentos em contexto de trabalho com vista ao aperfeiçoamento de competências (Óbitos; Manual de Dietas; Preparação de refeições intermédias; Alimentação por via oral, PEG e SNG; Transferências e posicionamentos; Prevenção de úlceras de pressão; Ergonomia e postura correta na prestação de cuidados; Cuidados de higiene e conforto; Precauções básicas de controlo de infeção; Utilização de EPI / Riscos Profissionais; Violência doméstica; Software de gestão).



O trabalho desenvolvido durante o ano de 2023 assentou, uma vez mais, na continuidade das práticas instituídas ao nível do tratamento de dados, salvaguardando e tendo como premissa o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação ao nível da proteção de dados.

Neste sentido, continuamos a assegurar o cumprimento das orientações internas, nomeadamente para novos/as colaboradores/as, Irmãos/ãs, Vountários/as e Terceiros com os quais são desenvolvidas diversas parcerias.

Para os/as novos/as colaboradores/as mantivemos a realização de sessões de sensibilização e formação integradas no âmbito das sessões de acolhimento, de forma a assegurar o esclarecimento sobre os direitos e deveres que detêm enquanto titulares de dados e enquanto colaboradores/as da Instituição.



Valências:	Nº de Colaboradores:
Casa Abrigo	2
Centro Comunitário de Geão	1
Jardim de Infância	2
Casa de Repouso de Real	11
Clínica de Fisiatria	10
Lar José Luiz D'Andrade	13
Lar Dra. Leonor Beleza	10
Recursos Humanos/Estágio	1
Serviço de Apoio Domiciliário	4
Unidades de Cuidados Continuados/Saúde	16
Serviço de Alimentação	14
Total:	84



INFORMÁTICA

No início de 2023 finalizamos um dos projetos transformadores da instituição. Após um período de implementação relativamente longo, por força da complexidade técnica e da dificuldade de gestão e conciliação de horários, demos por concluído com sucesso o projeto WIFI, que cobre a totalidade das valências da Misericórdia. Serve profissionais, utentes, familiares e inclusive, visitantes. É por isso, um projeto aglutinador, e com um potencial enorme de permitir o aparecimento de outros projetos, até então impossíveis de implementar.

Um outro projeto que marcará definitivamente o ano de 2023, é o projeto “ImmersiveRoom”.

Este é claramente um projeto da Misericórdia para a comunidade. O objetivo foi a criação de um espaço com características especiais para exacerbar os sentidos e envolver os utentes da Misericórdia e do Concelho de Santo Tirso, um ambiente tridimensional e imersivo, transportando-os para mundos e realidades até então desconhecidos ou impossíveis de alcançar.

A possibilidade de poder proporcionar a toda a comunidade uma experiência rara e emotiva, é para a Misericórdia um motivo de orgulho e um catalisador para continuar a inovar e servir a comunidade.

O projeto de “Printing”, pensado e desenhado durante o ano de 2023, terá impactos significativos em áreas como a segurança da informação, o incremento da produtividade, a melhoria da qualidade de serviço para os profissionais, a continuidade



do processo de desmaterialização, ganhos na eficiência, redução da pegada ecológica, entre outros.

O parque de impressão da Misericórdia era heterogéneo, multimarca, multimodelo e a idade média dos equipamentos superior a 15 anos, integrando alguns equipamentos já obsoletos, sem funcionalidades atuais, com custos elevados de manutenção, gestão de consumíveis, avarias com impactos na produção, consumo energético elevado, etc.

Os novos equipamentos, respeitam os atuais *standards* energéticos, acrescentam funcionalidades que permitem poupanças de papel, melhor a qualidade de serviço e segurança.

A Misericórdia tem nos últimos anos, efetuado uma aposta clara na transformação digital dos seus processos, assumindo nesta altura uma posição de liderança dentro do terceiro setor.

Um exemplo dessa aposta, para além de todos os projetos transformadores dos últimos anos, é a requalificação do seu *DataCenter*, criando desta forma as condições adequadas para permitir um crescimento sustentado, e sem limitações de espaço. Esta requalificação irá permitir um incremento da capacidade de processamento e armazenado da informação, com as condições adequadas e exigidas para garantir alta disponibilidade e segurança.

Este é um passo absolutamente fundamental na estratégia delineada da transformação digital, e que irá dar suporte ao alinhamento tecnológico da Misericórdia com o Serviço Nacional de Saúde - SNS.

Por fim, é importante salientar que a Misericórdia reiniciou no final de 2023 as conversações interrompidas, por força da Pandemia COVID-19, com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), com o objetivo de introduzir no ecossistema tecnológico da Misericórdia os sistemas de informação utilizados nos Hospitais Públicos do SNS, como sendo o SONHO, SClínico, PEM, entre outros.

Este alinhamento tecnológico da Misericórdia com o SNS, que irá ocorrer durante o ano de 2024, vai permitir alavancar novos projetos na área da saúde, consolidar os existentes, e informatizar as várias valências da Misericórdia que hoje não estão informatizadas, ou estão de uma forma deficitária.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental é reforçadamente uma preocupação para a Misericórdia de Santo Tirso. Em 2023 a Misericórdia de Santo Tirso continuou na sua busca por soluções alternativas e sustentáveis. Sempre tendo em consciência a preservação do meio ambiente, ao longo do ano a instituição estudou novas medidas, alargou cuidados, implementou novos recursos e afinou novas estratégias:

- Candidatura efetuada ao Plano de Recuperação e Resiliência “Investimento TC-C13-i03 – Eficiência Energética em Edifícios de Serviços” com decisão favorável. A candidatura propõe a Instalação de um Sistema VRV em substituição das atuais unidades de aquecimento (caldeiras a GPL e radiadores elétricos) na valência Casa de Repouso de Real. Com esta medida calcula-se uma redução anual do consumo energético de 41,7%. Pretendem-se criar condições adequadas à segurança e conforto das pessoas, reduzindo os consumos energéticos, garantindo a sua funcionalidade e eficiência.
- Persistente consciencialização dos hábitos de consumo dos/as utentes e colaboradores/as, alertando para o impacto ambiental e económico da utilização eficiente de energia;
- Preservação e limpeza de matas da instituição procurando prevenir incêndios e contribuindo no equilíbrio da fauna e da flora, bem como procurando diminuir a poluição ambiental;



- Renovação gradual de equipamentos tecnológicos com a aposta crescente em materiais e tecnologia “verde”;
- Substituição progressiva de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de baixo consumo;
- Aplicação contínua de redutores de fluxo de água nas torneiras, chuveiros e autoclismo;
- Instalação de novos temporizadores e sensores de presença;
- Instalação de relógios para melhor gestão do uso de energias;
- Consciencialização para a utilização do papel e outros materiais descartáveis de forma mais consciente;
- Registo no SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente), desde 2007, para controlo de resíduos onde são validados guias eletrónicas de recolha de resíduos hospitalares, óleos alimentares, embalagens, vidro, papel e cartão, plástico e componentes perigosas retiradas de equipamentos;
- Utilização de Sistema de Gestão de Resíduos fazendo a devida separação de materiais para reciclagem e resíduos biológicos;
- Realização de estudos de eficiência energética e definição de estratégias e prioridades de investimentos a concretizar a curto prazo;

A instituição quer ser exemplo de responsabilidade social também na área ambiental, otimizando condutas e reforçando estratégias que promovam a sustentabilidade e o respeito pelo meio ambiente, acreditando que esta aposta conduzirá não apenas a benefícios ambientais, como também proveitos económicos, sociais e culturais tanto a curto como a médio e longo prazo.



COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O Departamento de Comunicação e Imagem apresenta-se na sequência de uma nova visão estratégica, orientada para dar visibilidade ao cumprimento dos objetivos estratégicos e missão da instituição, criando uma relação de proximidade com múltiplos *stakeholders*. Pretende assegurar o desenvolvimento da política de comunicação externa e interna da Misericórdia pois mediante o seu crescimento, e constante necessidade de aproximação com diferentes públicos, torna-se necessário uma atualização e inovação constante da sua rede de comunicação.

O trabalho desenvolvido neste Departamento é responsável por projetar uma imagem contemporânea da instituição, da sua identidade visual, impressa e digital aproximando-se de diferentes “personas” através das Redes Sociais, Site institucional, Revista da Misericórdia, Newsletter, Emails e Imprensa. Pretende-se uma comunicação fluída, positiva e ativa capaz de divulgar a dinâmica interna junto da Comunidade, Irmãos/ãs, Utentes, Familiares, Colaboradores/as e Parceiros institucionais.

Com o intuito de garantir uma política de comunicação ativa, o ano 2023 foi marcado pela continuidade na estratégia de informação/diálogo muito voltado para as redes sociais e para a renovação de suportes de comunicação. O regresso ao normal funcionamento da dinâmica de proximidade foi evidenciado com a promoção de eventos/contactos presenciais, implicando reforço da comunicação digital, mediante um conjunto de dinâmicas:



- Comunicação através das Redes Sociais e Plataformas Online:
 - Gestão de conteúdos com especial enfoque na Página **Facebook** (200 publicações); Registou-se ainda grande dinamização do **Instagram** (182 publicações), procurando um maior alcance das ações informativas a nível interinstitucional, procurando alcançar também um perfil mais jovem;
 - Criação de transmissões em direto para reforço da comunicação digital (Missa de Aniversário continuou a ser transmitida via Facebook, permitindo maior participação à distância de utentes, comunidade em geral, bem como por todos/as aqueles/as com mobilidade reduzida;
 - Difusão de **Newsletter**, promovendo este canal de comunicação com Irmãos, aumentando para mensal a periodicidade de envio de informações atualizadas;
 - Gestão de conteúdos do Site institucional;
 - Gestão de conteúdos da plataforma **Engage** (rede social interna), disponibilizando conteúdos informativos de interesse corporativo;
 - Gestão de conteúdos da página **LinkedIn**;

- Aposta na Comunicação Imprensa/Visual/Digital:
 - Edição dos números 45 e 46 da **Revista da Misericórdia**;
 - Assessoria de imprensa e produção de notícias divulgadas em diferentes media (Imprensa local, regional e nacional, bem como na Rádio local e Antena 3);
 - Apoio na conceção de diferentes suportes de comunicação/divulgação:
 - Cartazes/Programas/Folhas de Sala para iniciativas internas/externas;
 - Criação do Banner “Rostos de Solidariedade” no CEEM;
 - Atualização de placas de sinalização visual de estacionamento;

- Organização de Eventos/Momentos de aproximação com diferentes instituições e públicos;

- Organização do evento “**A Magia do Cuidar**”;
- Organização da comemoração do **138º Aniversário da ISCMST**;
- Organização do **Encontro das Misericórdias em Fátima**;
- Apoio na organização/divulgação **25 anos Coral da Misericórdia**;
- Organização do **Congresso MaiorIdades – Cancro no Envelhecimento**;
- Apoio na conceção gráfica no evento “**Femina 2.0**”;
- Organização do **Jantar de Natal** de Colaboradores/as;
- Parceria com **Rádio Voz Santo Tirso**, promovendo aproximação de utentes e famílias via rádio, mediante realização de programa de Discos Pedidos ao vivo;

- Criação/Renovação de projetos comunicação corporativos:
 - **Hino da Misericórdia**: Projeto musical criado em 2022 e concluído em dezembro de 2023 com a gravação áudio final. Contando com a participação de colaboradores/as e utentes, foram diferentes idades e vozes que se uniram para dar rosto a uma sinfonia que se quer única.
 - Criação de novo **Vídeo Institucional**: teve como objetivo renovar/atualizar os “Rostos de Solidariedade” ao serviço da nossa missão. E reforçar o sentimento de pertença e identidade de todos/as que se relacionam connosco, incluindo comunidade e parceiros institucionais.
 - Criação de Vídeo de apelo à **Consignação IRS**.



A cultura será sempre uma área de referência que merece a melhor atenção.

Procedeu-se à continuidade da valorização do património documental e pesquisa histórica, traduzido no apoio e disponibilização de documentos/imagens com interesse histórico para consulta de entidades externas.

O apoio na rentabilização de espaços culturais voltados para a comunidade traduz-se, desde 1987, na disponibilização do Auditório “Centro Engº Eurico de Melo”, sendo que em 2019 este espaço iniciou diligências para a sua remodelação e renovação. Porém, não foi viável a total requalificação do espaço no ano de 2023.

O Coral da Misericórdia comemorou o seu 25º aniversário, tendo decorrido uma exposição retrospectiva das atividades desenvolvidas ao longo da sua existência e várias atuações ao vivo ao longo do ano.

5. Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de dezembro de 2023

Em R\$

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez. 2023	31 dez. 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	34.646.456,47	34.508.188,24
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	7	54.280,23	52.227,68
Outros créditos e ativos não correntes			
		<u>34.700.736,70</u>	<u>34.560.415,92</u>
Ativo corrente			
Inventários	6	54.127,19	46.122,56
Créditos a receber	9	680.058,66	782.593,17
Estado e outros entes públicos	13	73.639,70	66.295,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	6.677,50	2.192,50
Diferimentos	13	42.054,84	11.527,93
Outros ativos correntes	7	573.043,41	705.259,34
Caixa e depósitos bancários	13	1.358.474,72	941.317,47
		<u>2.788.076,02</u>	<u>2.555.308,96</u>
Total do ativo		<u>37.488.812,72</u>	<u>37.115.724,88</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	3.117.461,88	3.117.461,88
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	9	1.850.336,23	2.247.763,27
Excedentes de revalorização	9	19.227.594,72	19.533.122,73
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	8,9	4.267.519,63	4.064.798,90
		<u>28.462.912,46</u>	<u>28.963.146,78</u>
Resultado líquido do período		<u>(742.581,58)</u>	<u>(686.699,05)</u>
Total dos fundos patrimoniais		<u>27.720.330,88</u>	<u>28.276.447,73</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	7	5.530.119,07	4.769.594,54
Financiamentos obtidos	9	1.265.363,34	1.370.810,10
		<u>6.795.482,41</u>	<u>6.140.404,64</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	9	558.801,40	468.384,64
Estado e outros entes públicos	13	337.912,27	294.887,29
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9		
Financiamentos obtidos	9	448.446,76	351.526,33
Diferimentos	13	69.979,09	128.738,31
Outros passivos correntes	9	1.557.859,91	1.455.335,94
		<u>2.972.999,43</u>	<u>2.698.872,51</u>
Total do passivo		<u>9.768.481,84</u>	<u>8.839.277,15</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>37.488.812,72</u>	<u>37.115.724,88</u>

A Contabilista Certificada

Uliana Neto

A Mesa Administrativa

[Assinaturas manuscritas]



Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2023

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	13	4.973.063,81	4.579.598,87
Subsídios, doações e legados à exploração	8	4.471.580,88	4.584.629,39
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1.048.506,64)	(940.185,64)
Fornecimentos e serviços externos	13	(1.419.075,40)	(1.388.948,08)
Gastos com o pessoal	10	(7.275.024,75)	(6.494.729,87)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	7	(781.043,92)	(1.366.024,01)
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13	1.186.844,72	1.208.497,58
Outros gastos	13	(40.737,43)	(78.147,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		67.101,27	104.691,14
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4,5	(762.830,27)	(772.175,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(695.729,00)	(667.484,83)
Juros e rendimentos similares obtidos		358,43	358,43
Juros e gastos similares suportados	13	(47.211,01)	(19.572,65)
Resultado antes de impostos		(742.581,58)	(686.699,05)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(742.581,58)	(686.699,05)

A Contabilista Certificada

Liliana Neto

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures and initials]

Demonstração de Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2023

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		5.342.354,55	3.174.024,26
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	(2.450.581,00)		(2.356.604,51)
Pagamentos ao pessoal	(4.870.596,95)		(4.371.317,95)
Caixa gerada pelas operações		(1.978.823,40)	(3.553.898,20)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	2.555.988,88		4.073.583,46
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		577.165,48	519.685,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	(559.185,17)		(1.104.130,57)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	9.862,11		8.315,44
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos	424.093,51		401.553,48
Subsídios ao investimento	17.500,00		35.000,00
Juros e rendimentos similares	358,43		358,43
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(107.371,12)	(658.903,22)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	(4.458,76)		(180.446,76)
Juros e gastos similares	(48.178,35)		(20.635,52)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(52.637,11)	(201.082,28)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		417.157,25	(340.300,24)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		941.317,47	1.281.617,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.358.474,72	941.317,47

A Contabilista Certificada

Liliana Reis

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]



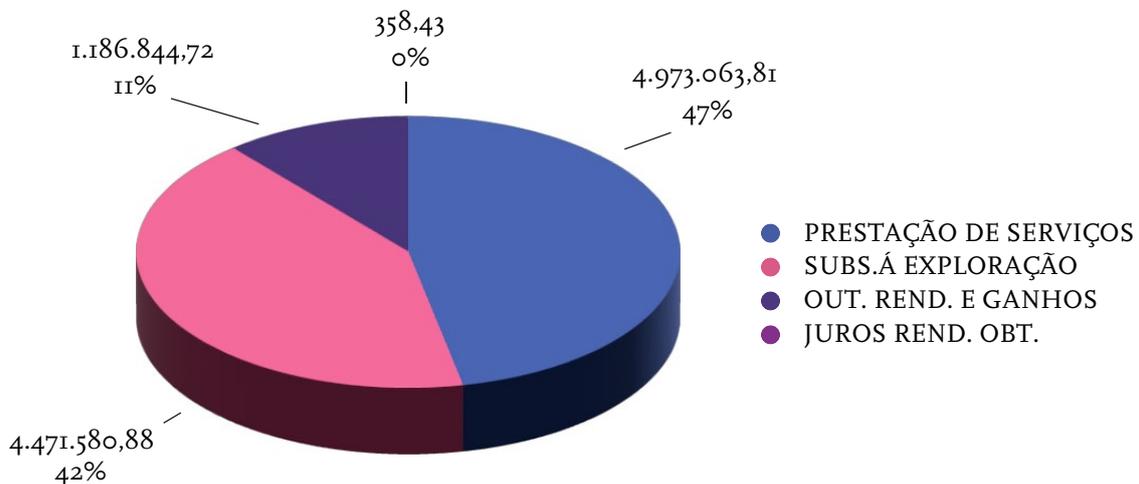
6. Análise

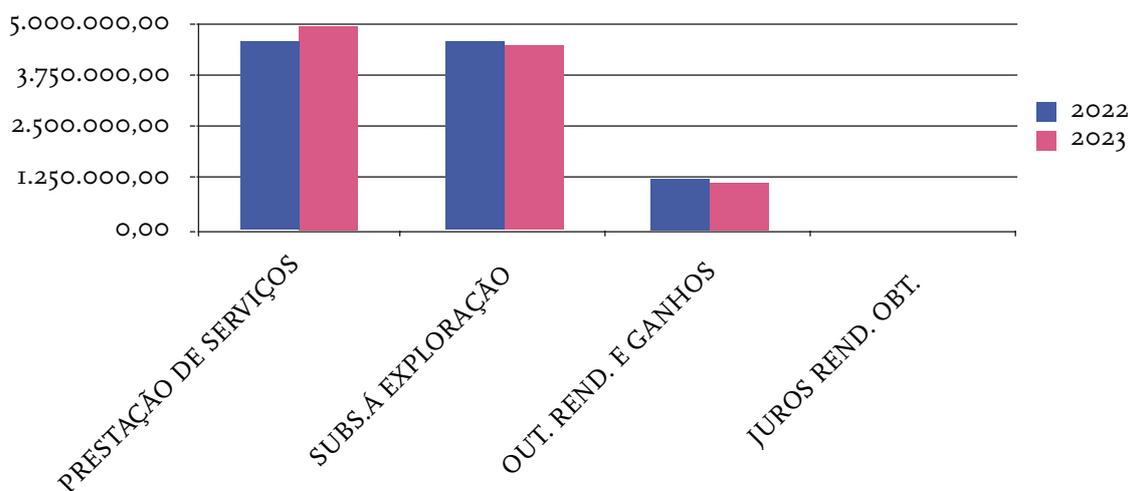
Rendimentos

	2022	2023	DIF.	DIF. %
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.579.598,87	4.973.063,81	393.464,94	8,59%
SUBS. À EXPLORAÇÃO	4.584.629,39	4.471.580,88	-113.048,51	-2,47%
OUT. REND. E GANHOS	1.208.497,58	1.186.844,72	-21.652,86	-1,79%
JUROS REND. OBT.	358,43	358,43	0,00	0,00%
TOTAL	10.373.084,27	10.631.847,84	258.763,57	2,49%

Verifica-se um aumento dos Rendimentos de 2,49% (€258.763,57), devido ao seguinte:

- Aumento da rubrica Prestação de Serviços de 8,59% (€393.464,94), essencialmente pelo crescimento da Área da Saúde em cerca de 14%; e pelo sucesso do protocolo existente com o Centro Hospitalar do Médio Ave - C.H.M.A., para a cedência de camas de retaguarda na Casa de Repouso de Real;
- Diminuição da rubrica Subs. Doações e Legados à Exploração em 2,47% (€ 113.048,51), principalmente pelo registo no ano 2022 do Programa MAREESS - Medida de Apoio ao Reforço de Emergência em Equipamentos Sociais e de Saúde. Este programa foi criado em abril de 2020 no âmbito da pandemia por Covid-19, permitindo a instituições com intervenção na área da Saúde e Social a integração de pessoas para desenvolvimento de trabalho socialmente útil;





Gastos

	2022	2023	DIF.	DIF. %
C.M.V.M.C.	940.185,64	1.048.506,64	108.321,00	11,52%
F.S.E.	1.388.948,08	1.419.075,40	30.127,32	2,17%
GASTOS C/ PESSOAL	6.494.729,87	7.275.024,75	780.294,88	12,01%
DEPREC. E AMORTIZAÇÕES	772.175,97	762.830,27	-9.345,70	-1,21%
PROVISÕES	1.366.024,01	781.043,92	-584.980,09	-42,82%
OUTROS GAST. PERDAS	78.147,10	40.737,43	-37.409,67	-47,87%
JUROS E GASTOS SIM.	19.572,65	47.211,01	27.638,36	141,21%
TOTAL	11.059.783,32	11.374.429,42	314.646,10	2,84%

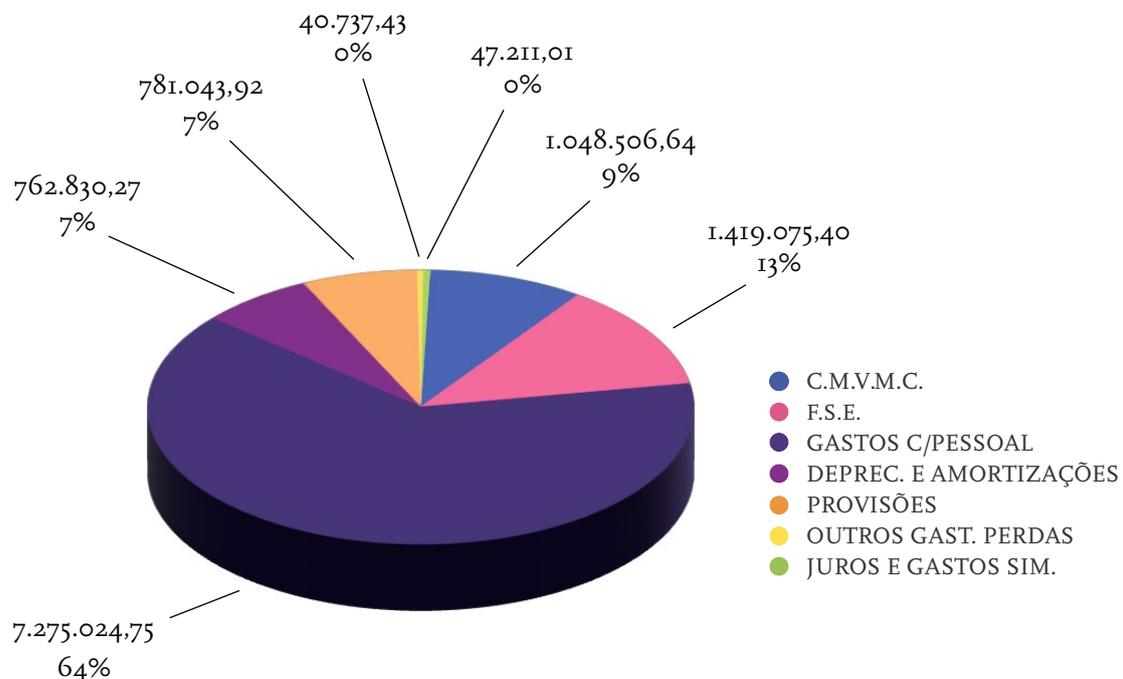
Os Gastos apresentam um aumento de 2,84% (€ 314.646,10), devido essencialmente ao seguinte:

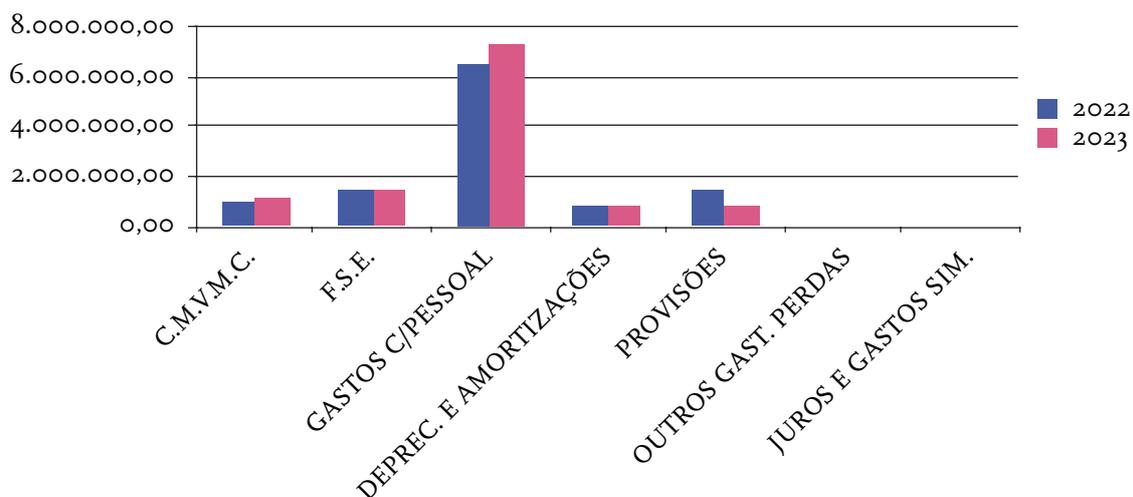
- Aumento da rubrica C.M.V.M.C. em 11,52% (€ 108.321,00) pelo aumento de 16,90%, cerca de € 90.000,00, nos Géneros Alimentares;
- Aumento da rubrica de Gastos C/ Pessoal em 12,01% (€ 780.294,88) principalmente pelas atualizações salariais globais em 2023, atualização do Salário Mínimo Nacional e respetivas repercussões nas restantes remunerações;



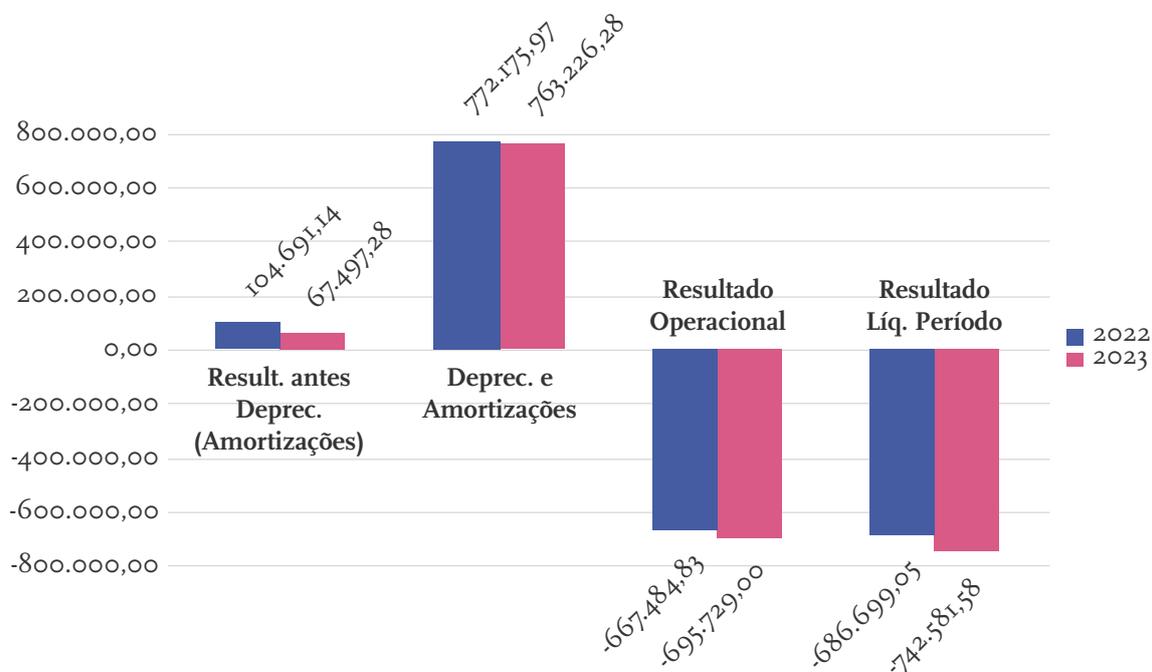
- Diminuição da rubrica Outros Gastos e Perdas em 47,87% (€ 37.409,67) devido essencialmente à diminuição das correções relativas a períodos anteriores;
- Diminuição na rubrica de Provisões em 42,82% (€ 584.980,09), tendo por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência. Neste caso em concreto a instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos/às seus/suas utentes mediante a sua esperança média de vida. Este valor tem vindo anualmente a ser ajustado à nossa realidade e ao número de utentes institucionalizados.

Atendendo ao período em análise ter registado uma elevada Taxa de Inflação, é de evidenciar a subida na ordem dos 3% na rubrica F.S.E. refletindo a constante preocupação em seguir uma rigorosa política de gestão, onde diariamente é desafiado o profissionalismo, empenho, transparência e capacidade de sacrifício de todos/as os/as colaboradores da instituição.





Resultados





RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO: - €742.581,58

DEPREC. e AMORTIZAÇÕES: € 762.830,27

PROVISÕES: € 781.043,92

	2023
Provisões	781.043,92
Deprec. e Amortizações	762.830,27
Resultado Líquido	-742.581,58
Meios Libertos	801.292,61

Proposta de Aplicação de Resultados:

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo do período, no montante de € 742.581,58 seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: - € 742.581,58.

NOTAS:**REAL VS ORÇADO**

É demonstrativo o cuidado no rigor orçamental e a apologia feita aquando da apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023, projetamos com prudência as receitas e num cenário pessimista as despesas.

INVESTIMENTO

O valor do investimento no de 2023 foi de € 896.671,76, com destaque para as obras exteriores do Lar Dra. Leonor Beleza, da Capela da Misericórdia, da renovação e manutenção da Casa de Repouso de Real, reparação e recuperação de habitação “antiga” do Bairro da Misericórdia, implementação do Sistema de Segurança Contra Incêndio no Centro Eng.º Eurico de Melo e a contínua renovação/melhoramento do parque informático.

No último quadriénio (2020-2023), foram investidos € 5.234.454,84, tendo os Meios Libertos neste período sido de € 4.618.455,42.

PROVISÕES

Reitera-se que tendo estas por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência, a instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos seus utentes mediante a sua esperança média de vida.

Anexos

Anexo

*Certificação Legal
das Contas*

*Parecer do
Conselho Fiscal*



MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO



Índice

1.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	2
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	3
4.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	9
5.	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	11
6.	INVENTÁRIOS	12
7.	PROVISÕES	12
8.	SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS.....	13
9.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	14
10.	BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	15
11.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	15
12.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	16
13.	OUTRAS DIVULGAÇÕES	16



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO**, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social nos termos do nº1 do artigo 1º do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro registada na Direção Geral de Ação Social em 14-09-83 no livro das Irmandades da Misericórdia, fls.141 e 141 verso sob o nº 55/83, com sede em Rua da Misericórdia, 171, 4780-501 – Santo Tirso.

Exerce a sua atividade no campo social, competindo-lhe para a prossecução dos seus objetivos:

- Promover o diagnóstico e implementação de medidas na área da saúde, ação social e afins;
- Estabelecer redes e parcerias com entidades públicas ou privadas para a definição e concretização de estratégias de ação;
- Criar e dinamizar valências para servir a comunidade ou grupos sociais específicos e franjas sociais mais desfavorecidas;
- Garantir o funcionamento das respostas sociais criadas;
- Promover a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir o bem-estar dos utentes;
- Garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação social;
- Promover iniciativas de formação profissional ou de carácter educativo / formativo, para ativos e/ou elementos externos à Instituição, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos mesmos;
- Divulgar as ações desenvolvidas aos Irmãos e à comunidade local;
- Preservar o seu património com valor histórico e artístico;
- Recorrer a iniciativas de financiamento nacionais e comunitárias para a prossecução dos seus fins;
- Gerir o seu património de rendimento, segundo critérios de eficiência e rentabilidade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);



- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Instituição que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011 (data de transição para NCRF–ESNL) encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo), com exceção dos terrenos e edifícios, relativamente aos quais, a Instituição optou pelo modelo de revalorização, dado que a generalidade dos mesmos foi adquirida antes de 1999, não sendo possível



identificar de forma inequívoca o seu valor de aquisição. Neste sentido, o processo de avaliação dos imóveis foi finalizado em 2016.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estas difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

Os ativos atribuídos a título gratuito, por herança ou doação, são mensurados ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

**c) Locações**

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Instituição age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. Os inventários adquiridos a título gratuito são mensurados pelo valor realizável líquido/valor de mercado atribuído pelo fornecedor.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

f) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

g) Instrumentos financeiros**i) Utentes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de utentes e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu custo, deduzidas no de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Investimentos financeiros

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. Os outros investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

h) **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Instituição é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro.

i) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

j) Rédito

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Instituição, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

k) Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.



As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

l) Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Instituição quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

o) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Instituição classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, de utentes, de subsídios relacionados com rendimentos, pagamentos a fornecedores, pagamentos



ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de juros.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.4 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. No período, não verificou-se igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas, nem qualquer reconhecimento de erros.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Ver nota 3.1 a)

b) Método de depreciação usado e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:



	Vida útil	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 50	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	25,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	6	16,66%

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2023								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Investimentos em curso	TOTAL
Quantia escriturada bruta:								
Saldo inicial	8.432.914,62	29.408.763,35	1.609.810,64	485.396,29	622.912,28	977.804,14	83.025,00	41.620.626,32
Adições	175.000,00	317.066,60	33.619,00	35.254,33	63.996,52	13.165,87	262.998,50	901.100,82
Revalorizações								-
Alienações e abates						(27,99)		(27,99)
Transferências		258.570,50	(0,97)		(1,07)	(0,07)	(258.570,50)	(2,11)
Saldo final	8.607.914,62	29.984.400,45	1.643.428,67	520.650,62	686.907,73	990.941,95	87.453,00	42.521.697,04
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial		4.290.110,74	1.456.984,58	367.428,18	565.564,83	432.349,75		7.112.438,08
Adições		622.697,61	64.983,10	36.374,81	20.373,06	18.401,69	-	762.830,27
Revalorizações								-
Alienações e abates						(27,99)		(27,99)
Transferências	-	-	-	-	0,21	-	-	0,21
Saldo final	-	4.912.808,35	1.521.967,68	403.802,99	585.938,10	450.723,45	-	7.875.240,57
Quantia escriturada	8.607.914,62	25.071.592,10	121.460,99	116.847,63	100.969,63	540.218,50	87.453,00	34.646.456,47

2022								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Investimentos em curso	TOTAL
Quantia escriturada bruta:								
Saldo inicial	8.375.072,23	27.809.830,09	1.500.332,87	474.210,74	578.432,74	963.840,54	781.326,48	40.483.045,69
Adições	24.101,97	146.434,81	109.825,44	70.980,00	46.011,38	23.135,94	787.946,97	1.208.436,51
Revalorizações								-
Alienações e abates			(347,67)	(59.794,45)	(1.531,84)	(9.172,34)		(70.846,30)
Transferências	33.740,42	1.452.498,45					(1.486.248,45)	(9,58)
Saldo final	8.432.914,62	29.408.763,35	1.609.810,64	485.396,29	622.912,28	977.804,14	83.025,00	41.620.626,32
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial		3.680.178,76	1.353.762,74	402.012,83	552.794,78	422.355,03	-	6.411.104,14
Adições		609.931,98	103.562,09	25.209,80	14.310,08	19.162,02	-	772.175,97
Revalorizações								-
Alienações e abates	-	-	(347,67)	(59.794,45)	(1.531,84)	(9.172,34)	-	(70.846,30)
Transferências	-	-	7,42	-	(8,19)	5,04	-	4,27
Saldo final	-	4.290.110,74	1.456.984,58	367.428,18	565.564,83	432.349,75	-	7.112.438,08
Quantia escriturada	8.432.914,62	25.118.652,61	152.826,06	117.968,11	57.347,45	545.454,39	83.025,00	34.508.188,24



4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

- Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Ativos fixos tangíveis dados como garantia	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do passivo 31.12.2023
UCC Longa Duração	2.392.322,54	Financiamento ao abrigo do IFRRU 2020 (Santander)	1.370.810,10

4.3 Ativos fixos tangíveis revalorizados

Ativos fixos tangíveis	Quantia escriturada	Excedente de revalorização	Quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados
Terrenos e recursos naturais	8.607.914,62	6.019.743,09	2.588.171,53
Edifícios e outras construções	25.071.592,10	13.207.851,63	11.863.740,47
Total	33.679.506,72	19.227.594,72	14.451.912,00

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2023	
	Programas de computador
<u>Quantia escriturada bruta:</u>	
Saldo inicial	147.457,46
Adições	-
Alienações e abates	-
Transferências	-
Saldo final	147.457,46
<u>Amortizações acumuladas:</u>	
Saldo inicial	147.457,46
Adições	-
Alienações e abates	-
Transferências	-
Saldo final	147.457,46
Quantia escriturada	-



6. INVENTÁRIOS

6.1 Quantia total escriturada de inventários

	31.12.2023	31.12.2022
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	54.127,19	46.122,56
Perdas por imparidade acumuladas		
Quantia escriturada	54.127,19	46.122,56

6.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

	2023	2022
Inventário inicial	46.122,56	43.000,20
Compras	1.061.783,55	944.166,43
Reclassific. e regularização de inventários	5.272,28	858,43
Inventário final	54.127,19	46.122,56
Gasto do período	1.048.506,64	940.185,64

7. PROVISÕES

7.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	31.12.2022	Movimento 2023	31.12.2023
Responsabilidades futuras em lares	4.654.800,08	805.690,43	5.460.490,51
Processos judiciais em curso	114.794,46	(45.165,90)	69.628,56
Quantia escriturada	4.769.594,54	760.524,53	5.530.119,07

No exercício, foi reconhecido como provisão, o valor de 803.871,06 euros, referente a responsabilidades futuras assumidas, com os utentes das valências residenciais. De acordo com os contratos celebrados com estes utentes, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, obriga-se à prestação de serviços de alojamento, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde básicos, higiene e conforto pessoal e acompanhamento psicossocial a título vitalício.

Foi efetuada uma reversão no montante de 22.827,14 euros, relativamente ao processo judicial em curso instaurado por anterior trabalhador em 2021.



8. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

8.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios reconhecidos para os períodos de 2023 e 2022, discriminam-se conforme segue:

Subsídio / Projeto	2023			
	Ativo (Outros ativos correntes)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Subsídios relacionados com ativos				
Comiss. Reg.Norte Luta Contra Pobreza	-	-	143.390,21	5.515,01
Programa Operacional Integrar	-	-	129.678,67	4.987,64
Ministério do trabalho e da Solidariedade	-	-	303.581,77	10.049,96
Saúde XXI	-	-	58.000,00	2.000,00
ARS Norte IP (Programa Modular)	-	-	540.000,00	15.000,00
Fundo Rainha Dona Leonor	-	-	143.581,48	3.339,11
Programa Operacional Regional do NORTE 2020	-	-	474.278,03	13.174,39
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emp	-	-	40,94	1.272,19
PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)	15.000,00	-	35.833,47	10.000,00
Fundação "" La Caixa"" Immersive Room""	7.630,00	-	36.242,50	1.907,50
Câmara Municipal de Santo Tirso	-	-	17.208,33	291,67
	22.630,00	-	1.881.835,40	67.537,47

Subsídios relacionados com rendimentos				
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	105.493,67	16.244,78	-	2.951.732,45
ARS (Acordos Cooperação)	225.735,09	-	-	1.352.460,70
POISE – 03-4437-FSE -000185	-	-	-	47.040,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional	17.741,94	3.778,90	-	40.837,52
Câmara Municipal de Santo Tirso	42.975,00	42.975,06	-	15.831,25
Outros	6.980,35	6.980,35	-	-
	398.926,05	69.979,09	-	4.407.901,92

Subsídio / Projeto	2022			
	Ativo (Outros ativos correntes)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Subsídios relacionados com ativos				
Comiss. Reg.Norte Luta Contra Pobreza	-	-	148.905,22	5.515,01
Programa Operacional Integrar	-	-	134.666,31	4.987,64
Ministério do trabalho e da Solidariedade	-	-	313.631,73	10.049,96
Saúde XXI	-	-	60.000,00	2.000,00
ARS Norte IP (Programa Modular)	-	-	555.000,00	15.000,00
Fundo Rainha Dona Leonor	-	-	146.920,59	3.339,11
Programa Operacional Regional do NORTE 2020	-	-	487.452,42	13.174,39
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emp	-	-	1.313,13	4.651,89
PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)	15.000,00	-	45.833,47	4.166,53
Fundação "" La Caixa"" Immersive Room""	39.888,00	-	38.150,00	-
	54.888,00	-	1.931.872,87	62.884,53

Subsídios relacionados com rendimentos				
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	153.866,85	82.927,76	-	2.781.677,66
ARS (Acordos Cooperação)	304.156,40	-	-	1.359.107,33
POISE – 03-4437-FSE -000185	15.633,07	-	-	89.945,96
Instituto de Emprego e Formação Profissional	37.117,25	37.322,70	-	163.140,23
Outros	6.980,35	8.487,85	-	20.372,35
	517.753,92	128.738,31	-	4.414.243,53



No âmbito do plano de recuperação e resiliência (PRR) foi efetuada uma candidatura para a casa de Repouso do Real com objetivo de instalar um sistema de VRV nos espaços com resistência elétrica ou radiador no valor de 196.441 euros da qual aguardamos termo de aceitação..

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

9.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2023			31.12.2022		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Fundo de compensação do trabalho	46.576,36	-	46.576,36	44.509,18	-	44.509,18
Outros	7.703,87	-	7.703,87	7.718,50	-	7.718,50
Investimentos financeiros	54.280,23	-	54.280,23	52.227,68	-	52.227,68
Clientes	535.356,48	-	535.356,48	653.248,65	187,50	653.436,15
Utentes	144.702,18	-	144.702,18	129.157,02	-	129.157,02
Créditos a receber	680.058,66	-	680.058,66	782.405,67	187,50	782.593,17
Quotas	6.677,50	-	6.677,50	2.192,50	-	2.192,50
Irmãos	6.677,50	-	6.677,50	2.192,50	-	2.192,50
Devedores por acréscimos de rendimentos	16.828,37	-	16.828,37	16.286,93	-	16.286,93
Comparticipações Segurança Social	105.493,67	-	105.493,67	153.866,85	-	153.866,85
Comparticipações ARS Norte	157.515,00	-	157.515,00	304.156,40	-	304.156,40
Subsídios	158.547,38	-	158.547,38	114.618,67	-	114.618,67
Outros	134.658,99	-	134.658,99	116.330,49	-	116.330,49
Outros ativos correntes	573.043,41	-	573.043,41	705.259,34	-	705.259,34

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2023			31.12.2022		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Fornecedores, c/c	558.801,40	-	558.801,40	468.384,64	-	468.384,64
Fornecedores	558.801,40	-	558.801,40	468.384,64	-	468.384,64
Empréstimos bancários	448.446,76	1.265.363,34	1.713.810,10	347.446,76	1.370.810,10	1.718.256,86
Loações financeira	-	-	-	4.079,57	-	4.079,57
Financiamentos obtidos	448.446,76	1.265.363,34	1.713.810,10	351.526,33	1.370.810,10	1.722.336,43
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídio de férias	1.043.815,48	-	1.043.815,48	943.661,62	-	943.661,62
Credores por acréscimos de gastos - outros	43.916,69	-	43.916,69	87.947,72	-	87.947,72
Fornecedores de investimentos	106.512,96	-	106.512,96	62.030,88	-	62.030,88
Valores à guarda - Utentes	306.203,67	-	306.203,67	318.390,23	-	318.390,23
Outros credores	57.411,11	-	57.411,11	43.305,49	-	43.305,49
Outras dívidas a pagar	1.557.859,91	-	1.557.859,91	1.455.335,94	-	1.455.335,94



9.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

	31.12.2022	Aplicação do resultado líquido	Realização excedente	Aumentos	Diminuições	31.12.2023
Fundos	3.117.461,88	-	-	-	-	3.117.461,88
Resultados transitados	2.247.763,27	(686.699,05)	305.528,01	-	(16.256,00)	1.850.336,23
Excedentes de revalorização	19.533.122,73	-	(305.528,01)	-	-	19.227.594,72
Subsídios	1.931.872,87	-	-	17.500,00	(67.537,47)	1.881.835,40
Doações	2.132.926,03	-	-	260.391,00	(7.632,80)	2.385.684,23
Resultado líquido do período	(686.699,05)	686.699,05	-	-	(742.581,58)	(742.581,58)
	28.276.447,73	-	-	277.891,00	(834.007,85)	27.720.330,88

10. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

10.1 Número médio de empregados durante o período

	2023	2022
Início do período	406	393
Fim do período	417	406
Média do período	417	364

10.2 Gastos com o pessoal

	2023	2022
Vencimentos e salários		
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	5.966.719,94	5.254.957,42
Encargos com segurança social		
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1.223.896,21	1.074.146,55
Indemnizações	6.174,30	94.637,44
Seguros	46.014,53	45.591,79
Outros	32.219,77	25.396,67
	7.275.024,75	6.494.729,87

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

11.1 Autorização para emissão

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Mesa Administrativa em 5 de março de 2024.



11.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Instituição não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Instituição não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1 Serviços prestados

	2023	2022
Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	2.730.890,07	2.501.111,44
Quotas e jóias	69.262,50	154.327,50
Internamentos, Consultas, Urgências e Enfermagem	420.560,56	391.008,00
Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica	138.583,19	151.176,27
Fisiatria	1.129.018,52	940.503,34
Outros	484.748,97	441.472,32
	4.973.063,81	4.579.598,87

13.2 Estado e outros entes públicos

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o valor acrescentado	73.639,70	66.295,99
Total ativo	73.639,70	66.295,99

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	62.521,69	54.770,67
Imposto sobre o valor acrescentado	17.004,92	20.118,57
Contribuições para a Segurança Social	258.385,66	218.431,50
Outros	-	1.566,55
Total passivo	337.912,27	294.887,29



13.3 Caixa e depósitos bancários

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	2.447,17	3.774,10
Depósitos à ordem	1.103.831,66	685.362,91
Depósitos a prazo	252.195,89	252.180,46
	1.358.474,72	941.317,47

13.4 Diferimentos

	31.12.2023	31.12.2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	19.565,69	4.427,93
Outros	22.489,15	7.100,00
	42.054,84	11.527,93

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	69.979,09	128.738,31
Outros		
	69.979,09	128.738,31



13.5 Fornecimentos e serviços externos

	2023	2022
Subcontratos		
Área saúde	249.663,80	248.645,34
Outros	13.142,50	6.413,50
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	150.471,16	133.842,28
Publicidade e propaganda	1.867,76	1.856,07
Vigilância e segurança	4.718,46	4.251,62
Honorários	220.119,75	232.543,50
Conservação e reparação	55.270,77	68.997,56
Serviços bancários	5.877,54	5.540,49
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	44.837,13	25.971,15
Livros e documentação técnica	751,88	466,00
Material de escritório	28.528,75	24.034,25
Artigos para oferta	3.957,84	3.408,82
Ferramentas Informáticas	2.993,23	3.370,12
Rouparia	11.675,25	12.466,74
Energia e fluídos		
Eletricidade	64.017,75	91.802,87
Combustíveis	22.897,86	29.595,48
Água	32.238,78	27.161,63
Outros	336.280,54	278.142,36
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	4.414,19	3.796,74
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	22.401,13	20.101,53
Comunicação	29.225,24	30.119,76
Seguros	22.568,57	33.210,89
Limpeza, higiene e conforto	436,65	3.230,60
Outros serviços	17.451,37	16.254,02
Encargos com Utentes		
Encargos de saúde	55.174,63	60.258,52
Jornais e revistas	3.449,00	3.180,00
Material didático	2.902,80	3.765,12
Outros encargos	11.741,07	16.521,12
	1.419.075,40	1.388.948,08

13.6 Outros rendimentos

	2023	2022
Rendimentos suplementares	573.087,54	572.513,26
Descontos de pronto pagamento obtidos	20,23	269,47
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	432.974,91	392.867,42
Imputação de subsídios para investimentos	67.537,47	63.873,05
Outros	113.224,57	178.974,38
	1.186.844,72	1.208.497,58



13.7 Outros gastos

	2023	2022
Impostos		
Outros	1.793,12	1.788,00
Correções relativas a períodos anteriores	28.063,07	61.763,30
Quotizações	3.870,00	3.870,00
Outros	7.011,24	10.725,80
	40.737,43	78.147,10

13.8 Juros e gastos similares suportados

	2023	2022
Empréstimos obtidos de médio longo prazo	38.221,54	15.518,65
Contas corrente		
Locações financeiras	49,14	631,33
Outros	8.940,33	3.422,67
	47.211,01	19.572,65

Santo Tirso, 5 de março de 2024

A Contabilista Certificada

Liliana Neto

A Mesa Administrativa

João Carlos Santos
João Alberto Gomes
Francisco José da Silva
Luís Maria Costa
Francisco José
Alder Roberto V. da Silva



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 37.488.813 euros e um total de fundos patrimoniais de 27.720.331 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 742.582 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO**, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 6 de março de 2024

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC

Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)
Registado na CMVM com o nº 20160338

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O presente relatório, relativo à atividade do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023, é elaborado nos termos do disposto das alíneas a) e b) do número um do art.º 31 do Compromisso, destina-se a dar parecer sobre o Relatório e Contas da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso relativo ao período findo de 31 de dezembro de 2023, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade da Mesa Administrativa.

No âmbito das nossas funções, acompanhámos a evolução da atividade da Irmandade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

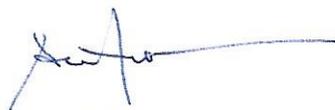
1. Aprove os documentos de prestação de contas do período findo em 31 de dezembro de 2023, tal como foram apresentados pela Mesa Administrativa.
2. Aprove a aplicação do resultado líquido negativo do período de 2023 proposta pela Mesa Administrativa.

Finalmente o Conselho Fiscal agradece à Mesa Administrativa, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Santo Tirso, em 7 de Março de 2024

O CONSELHO FISCAL









MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO



2010/CEP,3635

